

DECRETO Nº 3.245 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE RETORNO DA ECONOMIA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO - RECLASSIFICAÇÃO MUNICIPAL.

NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando-se:

- a) Os índices bastantes satisfatórios com relação a transmissibilidade do COVID-19 no município;
- b) A participação compreensiva da grande maioria da população nesse processo.
- c) As recentes medidas estaduais com relação a economia.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as seguintes regras de restrição de funcionamento das atividades econômicas no Município de Registro, em conformidade com o Plano São Paulo, cujo objetivo é implementar, avaliar e manter ações e medidas estratégicas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19.

CAPÍTULO I DAS GALERIAS, SHOPPING CENTER E ESTABELECIMENTOS SIMILARES

Art. 2º. Fica autorizado o funcionamento das galerias, shopping center e estabelecimentos similares, com as devidas restrições, observadas as seguintes condições:

- I - A lotação dos estabelecimentos comerciais não deverá ultrapassar a capacidade de 85% do total;
 - a) os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;
 - b) o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem ao lado de fora, caso a capacidade de lotação interna alcance 85%.
- II - O período de funcionamento será das 06h e encerramento às 0h, de domingo a quinta-feira, podendo ser estendido até as 03h30min nos demais dias.

CAPÍTULO II DO COMÉRCIO EM GERAL

Art. 3º. Fica autorizado o funcionamento do comércio em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

- I - A lotação dos estabelecimentos comerciais não deverá ultrapassar a capacidade de 85% do total;
- II - O período de funcionamento será das 06h e encerramento às 0h, de segunda a domingo.

Art. 4º. Os supermercados, padarias, açougues, rotisseries, assados do domingo, mercearias, quitandas, peixarias e hortifrutigranjeiros poderão funcionar de segunda a domingo, das 06h às 24h ou conforme alvará de funcionamento, inclusive com atendimento ao público com até 85% de sua capacidade.

Parágrafo único. Os estabelecimentos citados no “caput” deste artigo poderão fazer “delivery” de segunda a domingo, das 6h às 1h.

CAPÍTULO III DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 5º. Os serviços públicos nas repartições municipais devem retornar as suas atividades habituais de modo presencial, exceto:

I - Para as servidoras gestantes.

§ 1º. As servidoras gestantes devem continuar a exercer as atividades conforme recomendação já realizada pela Diretoria de Políticas Públicas de Gestão de Pessoas.

§ 2º. O atendimento ao público deve ser preferencialmente agendado.

CAPÍTULO IV DOS PRESTADORES DE SERVIÇO EM GERAL

Art. 6º. Fica autorizada a prestação de serviços em geral com atendimento presencial, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - A lotação dos estabelecimentos comerciais não deverá ultrapassar a capacidade de 85% do total;

II - O período de funcionamento será das 06h e encerramento às 24h, de segunda a domingo.

III - Os serviços que têm condições de atender pelas modalidades *delivery*, *drive thru*, e *take away*, ficam autorizados a funcionar.

§1º. Autoriza-se aos escritórios em geral, a adoção do regime presencial de trabalho, desde que atenda os protocolos sanitários.

§2º. Em casos excepcionais poderá ser adotado o regime de teletrabalho ("*home office*") para as atividades de caráter administrativo.

Art. 7º. Os serviços na área da saúde estão autorizados a funcionar normalmente, seguindo os protocolos sanitários.

CAPÍTULO V DOS RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES

Art. 8º. Fica autorizado o atendimento presencial, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - A lotação dos estabelecimentos comerciais não deverá ultrapassar a capacidade de 85% do total de segunda-feira a domingo.

II - Os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;

III - O responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem ao lado de fora, caso a capacidade de lotação interna alcance 85% do total.

IV - De segunda a domingo o período de funcionamento será das 6h às 1h, com tolerância de 20 minutos para término da consumação e fechamento da conta; de quinta-feira a sábado, com a mesma tolerância o horário será estendido até as 03h30min.

V - A partir dos limites estabelecidos nos incisos anteriores, só será permitido o consumo no local para funcionários, desde que uniformizados.

VI - Fica permitido o acesso e os pedidos até 40min antes do encerramento previsto.

VII - Os serviços que têm condições de atender pelas modalidades *delivery*, *drive thru*, e *take away*, ficam autorizados a funcionar, conforme os limites estabelecidos nos incisos anteriores.

Art. 9º. Os estabelecimentos comerciais localizados às margens da BR116 poderão funcionar 24 horas normalmente.

CAPÍTULO VI DOS SALÕES DE BELEZA E BARBEARIAS

Art. 10. Fica autorizado o funcionamento de salões de beleza e barbearias em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

- I - A lotação dos estabelecimentos comerciais não deverá ultrapassar a capacidade de 90% do total;
- II - Os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;
- III - O responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 90% do total.
- IV - O período de funcionamento será das 06h e encerramento às 24h, de segunda a domingo.

CAPÍTULO VII ACADEMIAS DE ESPORTE DE TODAS AS MODALIDADES, CLUBES E CENTROS DE GINÁSTICA

Art. 11. Fica autorizado o funcionamento das academias de esporte de todas as modalidades, clubes e centros de ginástica, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

- I - A lotação dos estabelecimentos não deverá ultrapassar a capacidade de 85% do total;
- II - Os estabelecimentos deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;
- III - O responsável pelo estabelecimento deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 85% do total.
- IV - O período de funcionamento será das 06h e encerramento às 24h, de segunda a domingo.
- V - Os estabelecimentos deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso II deste artigo;

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Agências bancárias e lotéricas poderão funcionar normalmente, desde que observados todos os protocolos sanitários.

Art. 13. As feiras livres poderão funcionar sem nenhuma restrição, inclusive com consumação local, desde que observados todos os protocolos sanitários.

Art. 14. Os eventos culturais, sociais e reuniões estão permitidos todos os dias, das 7h às 1h com limite de duração de 8h e ocupação máxima de 90% da capacidade, desde que observados todos os protocolos sanitários.

Art. 15. No caso de eventos com auditório, estão permitidas a distribuição, comercialização ou o consumo de alimentos e bebidas e devem observar todos os protocolos sanitários.

Parágrafo único. A duração dos eventos com auditório não pode exceder 5h de duração e a ocupação dos locais fica condicionada a capacidade total do estabelecimento.

Art. 16. Casamentos, aniversários, batizados e outras reuniões semelhantes não podem exceder a duração de 8h, respeitando distanciamento mínimo de 1,5 metros de raio entre as mesas e observados todos os protocolos sanitários.

Art. 17. Os setores econômicos de que tratam este Decreto devem adotar cumulativamente o protocolo geral e setorial específico da respectiva atividade, em especial, os itens a seguir:

- I - oferta de álcool em gel a 70% (setenta por cento) para consumidores, funcionários e prestadores de serviços;
- II - higienização constante de superfícies e ambientes;
- III - Medição de temperatura por termômetro digital na entrada do estabelecimento;

IV – Recomenda-se fortemente que os funcionários e atendentes utilizem, complementarmente, *faceshields*.

Art. 18. Cerimônias, celebrações, missas, cultos e outros eventos de cunho religioso estão autorizados, permitindo-se 90% da capacidade total e observando-se todas as medidas sanitárias.

Art. 19. Continuam autorizados os esportes coletivos e individuais nos espaços públicos e privados, desde que sejam obedecidas as medidas sanitárias protetivas, evitando-se aglomeração, sendo permitido o consumo de bebidas alcoólicas no local, desde que obedecidas as regras sanitárias e distanciamento de 01 metro entre as pessoas.

Parágrafo Único. Nos campos de futebol, serão permitidas 02 (duas) partidas no período da tarde e 02 (duas) no período da manhã.

Art. 20. Continuam permitidas as atividades das escolinhas de esporte e de formação artístico-cultural, com todos os cuidados sanitários, obedecendo-se às portarias das respectivas Secretarias que detalharão os protocolos a serem seguidos a cada caso.

Art. 21. APLICAM-SE A TODOS OS SETORES E ATIVIDADES DE QUE TRATA ESTE DECRETO:

- I. OBRIGATÓRIO O DISTANCIAMENTO DE 1 METRO ENTRE PESSOAS;
- II. OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARA EM TODOS OS AMBIENTES;
- III. OS PROTOCOLOS DE HIGIENE DEVEM SER SEGUIDOS DE ACORDO COM O PLANO SP.

Art. 22. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 23. O descumprimento do disposto neste Decreto sujeitará o infrator, conforme o caso, às penalidades previstas nos incisos I, III e IX do artigo 112 da Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 - Código Sanitário do Estado, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e nos artigos 268 e 330 do Código Penal.

§ 1º. O descumprimento de que trata o “caput” deste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), no caso de pessoa física, e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no caso de pessoa jurídica, por deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas que visem à proteção e manutenção da saúde, da higiene e da vida humana, sem prejuízo das sanções administrativas e penais previstas na legislação em vigor.

§ 2º. Os valores das multas serão aplicados em dobro, no caso de reincidência.

§ 3º. Os valores decorrentes do pagamento das multas serão destinados à aquisição de cestas básicas para distribuição às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Art. 24. O infrator das determinações que trata este Decreto será notificado pela fiscalização municipal.

§ 1º. O estabelecimento comercial notificado receberá penalidade de interdição cautelar por tempo determinado.

- a) No descumprimento o estabelecimento será interditado por 24 horas.
- b) Na reincidência, o estabelecimento será interditado pelo dobro de tempo, cumulativamente.
- c) Em casos extremos, os estabelecimentos que não observarem de modo contínuo, as disposições deste Decreto poderão ser interditados por tempo indeterminado ou até ter a licença de funcionamento cassada.

§ 2º. Os imóveis onde forem caracterizados eventos clandestinos com aglomeração de no mínimo 10 (dez) pessoas serão autuados através do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do proprietário.

Decreto nº 3.245/2021

Art. 25. Fica mantida a obrigatoriedade de uso de máscaras faciais, cobrindo o nariz e a boca, em qualquer ambiente e local público ou privado de acesso público, assim como o distanciamento entre pessoas de, no mínimo 1m (um metro).

§ 1º. Fica recomendado a utilização de duas máscaras em qualquer dos ambientes, sejam internos ou externos, e a utilização de “faceshields” por parte dos trabalhos dos serviços considerados essenciais, sobretudo nos estabelecimentos que atendem pessoas de outros municípios, as margens da BR116.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e Segurança Pública atentar-se-á, em caso de descumprimento deste decreto, ao disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave.

Art. 27. Fica recomendada a população do Município de Registro o isolamento social, sempre que possível, para que mantenhamos nossos baixos índices de contaminação do COVID-19, com fito de continuar a retomada segura da economia nos termos do Plano São Paulo.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Revoga-se expressamente o Decreto nº 3.203/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, 05 de novembro de 2021.

NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA

Prefeito Municipal

Reg. e Publ. na data supra

RAFAEL RODRIGUES DE MORAIS

Secretário Municipal de Governo

LUIS AUGUSTO VAZ DE ARRUDA

Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Obras

EDSON CARLOS DE ALMEIDA GAUGLITZ

Secretário Municipal da Saúde

ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR

Secretário Municipal de Administração

SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos e Segurança Pública



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 89CC-5EF2-B183-D0FF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA (CPF 097.875.198-10) em 05/11/2021 16:53:12 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA (CPF 037.710.138-95) em 05/11/2021 17:09:21 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL RODRIGUES DE MORAIS (CPF 268.516.298-44) em 05/11/2021 17:12:39 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ EDSON CARLOS DE ALMEIDA GAUGLITZ (CPF 311.536.658-24) em 06/11/2021 11:17:27 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR (CPF 370.107.968-40) em 06/11/2021 11:40:37 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LUIS AUGUSTO VAZ DE ARRUDA (CPF 255.343.308-56) em 08/11/2021 07:59:33 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/89CC-5EF2-B183-D0FF>